Deslocamento forçado em transição: retornos voluntários, crises persistentes e o desafio do subfinanciamento global

Desplazamiento forzado en transición: retornos voluntarios, crisis persistentes y el desafío de la falta de financiamiento a nivel mundial

Forced displacement in transition: voluntary returns, persistent crises and the challenge of global underfunding

Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura

Resumo: O relatório anual do ACNUR, apresentado à 81ª Assembleia Geral, descreve um cenário marcado por avanços pontuais e crises persistentes entre julho de 2025 e junho de 2026. A população deslocada caiu para 117,8 milhões, sobretudo devido ao aumento dos retornos voluntários, que somaram 14,7 milhões de pessoas, aproximadamente 4,4 milhões de refugiados e 10,3 milhões de pessoas deslocadas internamente conseguiram retornar para suas casas. Apesar disso, conflitos prolongados, violações de direitos humanos, eventos climáticos extremos e desastres naturais mantiveram a instabilidade global. Os sistemas de proteção enfrentaram forte pressão: 35,6 milhões de refugiados estavam sob mandato do ACNUR, com 2,8 milhões de novos pedidos de asilo e 9 milhões aguardando decisão. Cortes orçamentários levaram ao fechamento de 140 espaços seguros, agravando a violência de gênero e os riscos para crianças; a inclusão escolar caiu de 46% para 39%. Houve avanços, como reformas legais sobre deslocamento interno, 46.100 pessoas apátridas que obtiveram nacionalidade e 93.500 refugiados integrados localmente. Já o reassentamento despencou para 81.800 pessoas. A crise financeira é central: apenas US$ 3,9 bilhões dos US$ 10,6 bilhões orçados foram disponibilizados, gerando déficit de 64%, visto que os recursos disponíveis no ano de 2025 apresentaram uma diminuição de 26% no comparativo com o ano anterior. A queda da assistência ao desenvolvimento e o aumento das verbas condicionadas reduziram a flexibilidade operacional. O ACNUR reforçou parcerias estratégicas e lançou a visão “50 by 35”, buscando reduzir pela metade a dependência de ajuda humanitária até 2035. Houve também avanços em accountability, com redução de 25% nas denúncias de exploração e abuso sexual. O documento conclui que o sistema internacional segue tensionado por crises simultâneas, limitações financeiras e pressões sobre mecanismos de proteção, apesar de alguns progressos em retornos, reformas legais e parcerias.

Palavras-chave: Deslocamento forçado; Refúgio; ACNUR; Retornos voluntários; Subfinanciamento; Proteção internacional; Crises humanitárias.

Resumen: *El informe anual del ACNUR, presentado ante la 81.ª Asamblea General, describe un panorama marcado por avances puntuales y crisis persistentes entre julio de 2025 y junio de 2026. La población desplazada se redujo a 117,8 millones, principalmente debido al aumento de los retornos voluntarios, que sumaron 14,7 millones de personas; aproximadamente 4,4 millones de refugiados y 10,3 millones de personas desplazadas internamente lograron regresar a sus hogares. A pesar de ello, los conflictos prolongados, las violaciones de los derechos humanos, los*

fenómenos climáticos extremos y los desastres naturales mantuvieron la inestabilidad global. Los sistemas de protección se enfrentaron a una fuerte presión: 35,6 millones de refugiados se encontraban bajo el mandato del ACNUR, con 2,8 millones de nuevas solicitudes de asilo y 9 millones en espera de una decisión. Los recortes presupuestarios provocaron el cierre de 140 espacios seguros, lo que agravó la violencia de género y los riesgos para los niños; la inclusión escolar cayó del 46 % al 39 %. Hubo avances, como reformas legales sobre el desplazamiento interno, 46 100 personas apátridas que obtuvieron la nacionalidad y 93 500 refugiados integrados localmente. Por su parte, el reasentamiento se desplomó a 81 800 personas. La crisis financiera es fundamental: solo se dispuso de 3.9 mil millones de dólares de los 10.6 mil millones presupuestados, lo que generó un déficit del 64 %, dado que los recursos disponibles en el año 2025 presentaron una disminución del 26 % en comparación con el año anterior. La caída de la asistencia para el desarrollo y el aumento de los fondos condicionados redujeron la flexibilidad operativa. El ACNUR reforzó las alianzas estratégicas y lanzó la visión «50 by 35», con el objetivo de reducir a la mitad la dependencia de la ayuda humanitaria para 2035. También hubo avances en materia de rendición de cuentas, con una reducción del 25 % en las denuncias de explotación y abuso sexual. El documento concluye que el sistema internacional sigue bajo presión debido a crisis simultáneas, limitaciones financieras y presiones sobre los mecanismos de protección, a pesar de algunos avances en materia de retornos, reformas legales y alianzas.

Palabras clave: *Desplazamiento forzado; Refugio; ACNUR; Retornos voluntarios; Subfinanciamiento; Protección internacional; Crisis humanitarias.*

Abstract*: The UNHCR annual report, presented to the 81st General Assembly, describes a scenario marked by limited progress and persistent crises between July 2025 and June 2026. The displaced population fell to 117.8 million, largely due to an increase in voluntary returns, which totaled 14.7 million people. Approximately 4.4 million refugees and 10.3 million internally displaced people were able to return to their homes. Despite this, protracted conflicts, human rights violations, extreme weather events, and natural disasters continued to fuel global instability. Protection systems faced significant pressure: 35.6 million refugees were under UNHCR's mandate, with 2.8 million new asylum applications and 9 million cases awaiting a decision. Budget cuts led to the closure of 140 safe spaces, exacerbating gender-based violence and risks to children; school enrollment fell from 46% to 39%. There were also some advances, including legal reforms concerning internal displacement, 46,100 stateless people who acquired nationality, and 93,500 refugees who were locally integrated. By contrast, resettlement fell sharply to 81,800 people. The financial crisis is central: only US$ 3.9 billion of the US$ 10.6 billion budget was made available, generating a 64% deficit, as resources in 2025 decreased by 26% compared to the previous year. The decline in development assistance and the increase in earmarked funding reduced operational flexibility. UNHCR strengthened strategic partnerships and launched the "50 by 35" vision, seeking to halve dependence on humanitarian aid by 2035. There were also advances in accountability, with a 25% reduction in reports of sexual exploitation and abuse. The document concludes that the international system remains strained by simultaneous crises, financial constraints, and growing pressure on protection mechanisms, despite some progress in returns, legal reforms, and partnerships.*

Keywords: *Forced displacement; Refuge; UNHCR; Voluntary returns; Underfunding; International protection; Humanitarian crises.*

Relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados — Relatório anual conforme a Resolução 428 da Assembleia Geral

O relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, apresentado à 81ª Assembleia Geral da ONU, fornece um panorama abrangente da situação global do deslocamento forçado entre julho de 2025 e junho de 2026. Logo no início, o documento destaca que o número estimado de pessoas deslocadas à força foi de 117,8 milhões ao final de 2025, representando uma rara diminuição em relação ao ano anterior. Essa redução, porém, não indica uma melhora estrutural, mas reflete sobretudo o aumento expressivo de retornos voluntários, especialmente para países como Afeganistão, República Democrática do Congo, Sudão e Síria. Mais de 4,4 milhões de refugiados e 10,3 milhões de deslocados internos conseguiram voltar para suas casas, um dos maiores volumes já registrados[1].

Apesar desse avanço pontual, o cenário global continuou profundamente marcado por conflitos prolongados, violações de direitos humanos, instabilidade política e crises climáticas. Hostilidades no Irã levaram ao deslocamento temporário de milhões, enquanto novos confrontos no Líbano reacenderam fluxos internos de deslocamento. Na África, emergências humanitárias persistiram na República Democrática do Congo, no Sudão e no Sudão do Sul, ao mesmo tempo em que a violência extremista e os choques climáticos no Sahel e na Bacia do Lago Chade agravaram vulnerabilidades. Terremotos na Venezuela, em 2026, intensificaram ainda mais a fragilidade de refugiados e retornados. A guerra entre Rússia e Ucrânia seguiu prolongando o exílio de milhões, sem perspectivas claras de resolução[1].

Mesmo diante desse contexto adverso, muitos países mantiveram suas fronteiras abertas ao asilo, garantindo proteção a milhões de pessoas. A maioria dos refugiados continuou sendo acolhida por países vizinhos, e nações de baixa e média renda abrigaram 68% da população refugiada mundial, demonstrando uma grande onda de acolhimento pelos países apesar das pressões econômicas e sociais. Contudo, com quase 70% dos refugiados vivendo em situações prolongadas, a necessidade de soluções duráveis tornou-se ainda mais urgente. O relatório enfatiza que, embora os retornos tenham aumentado, muitos ocorreram em condições frágeis, com desafios significativos de segurança, acesso a serviços básicos e reintegração sustentável[1].

O ACNUR enfrentou severos cortes de financiamento, que limitaram operações, reduziram assistência e obrigaram a organização a priorizar apenas funções essenciais. Em 2025, os recursos disponíveis diminuíram 26% em comparação com 2024, levando ao fechamento de 140 escritórios, à redução da presença global de 137 para 122 países e à diminuição de mais de um terço da força de trabalho. Como afirma o relatório, os recursos disponíveis em 2025 apresentaram uma redução de 26% em relação ao ano anterior. Diante desse cenário, a organização lançou a visão “50 by 35”, que busca reduzir pela metade o número de refugiados dependentes de ajuda humanitária até 2035, integrando esforços humanitários, de desenvolvimento e de construção da paz[1].

Reformas internas modernizaram processos, centralizaram funções e ampliaram o uso de dados e inteligência artificial, gerando mais de 60 milhões de dólares em economias. O Fórum Global sobre Refugiados de 2025 reforçou compromissos internacionais, resultando em 30 novas promessas e 1,37 bilhão de dólares em contribuições, além de fortalecer plataformas regionais de apoio[1].

No âmbito da proteção, o relatório registra que, em 2025, 35,6 milhões de refugiados estavam sob a responsabilidade do ACNUR. Mulheres e meninas representavam metade desse total, enquanto as crianças correspondiam a 39%. Os sistemas de asilo continuaram pressionados: 2,8 milhões de novas solicitações foram registradas, e 9 milhões de pessoas aguardavam decisão ao final do ano. Alguns Estados adotaram medidas restritivas, limitando o acesso ao território e externalizando responsabilidades de asilo, o que levou o ACNUR a intensificar orientações técnicas e apoio jurídico para garantir o respeito ao princípio de não devolução[1].

O número de deslocados internos caiu para 68,7 milhões, mas continuou extremamente elevado. Quase metade estava concentrada em cinco países: Afeganistão, Colômbia, Sudão, Síria e Iêmen. Além disso, desastres naturais deslocaram 30 milhões de pessoas, principalmente em países de baixa renda. Houve avanços legislativos importantes em México, Colômbia, Guatemala, Honduras e Nigéria, que adotaram novas leis e políticas para enfrentar o deslocamento interno[1].

Os movimentos mistos, fluxos que combinam refugiados e migrantes, continuaram pressionando sistemas de recepção, especialmente em rotas perigosas onde a proteção é limitada. O ACNUR ampliou o monitoramento, alertas e coordenação regional, incluindo a criação de plataformas de análise e resposta. A violência de gênero permaneceu alarmante. Mulheres e meninas enfrentaram riscos elevados de violência sexual, tráfico e abuso, especialmente em contextos de conflito como a República Democrática do Congo e o Sudão. Cortes de financiamento levaram ao fechamento de 140 espaços seguros, reduzindo acesso a serviços essenciais. Ainda assim, 1,5 milhão de pessoas recebeu apoio em 76 países[1].

A proteção infantil também sofreu impactos severos. Crianças enfrentaram riscos elevados de separação familiar, exploração e violência. Em alguns países, como Afeganistão, serviços para mais de 1,6 milhão de crianças foram interrompidos. Mesmo assim, 1,4 milhão de crianças e cuidadores receberam apoio, e avanços importantes ocorreram em registro civil e integração em sistemas nacionais, como o registro universal de nascimentos para crianças refugiadas em Ruanda. O acesso à educação deteriorou-se significativamente. A inclusão escolar caiu de 46% para 39%, devido a barreiras administrativas, escolas superlotadas e falta de financiamento. O ACNUR ampliou parcerias para garantir educação primária, secundária e superior, beneficiando centenas de milhares de estudantes, mas o desafio permanece enorme[1].

No campo da apatridia, o relatório aponta que 4,5 milhões de pessoas permanecem sem nacionalidade. Em 2025, 46.100 delas adquiriram nacionalidade por meio de reformas legais, naturalizações ou procedimentos de determinação de apatridia. A Tailândia concedeu nacionalidade a mais de 17 mil pessoas, enquanto a Macedônia do Norte resolveu todos os casos remanescentes ligados à dissolução da antiga Iugoslávia. A Síria anulou medidas de 1962, permitindo que 120 mil curdos obtivessem nacionalidade[1].

O documento apresenta as soluções duráveis. O retorno voluntário cresceu significativamente: 14,7 milhões de pessoas voltaram para suas áreas de origem, incluindo 4,4 milhões de refugiados e 10,3 milhões de deslocados internos. A integração local avançou em vários países, com 93.500 refugiados naturalizados ou recebendo residência permanente. Já o reassentamento sofreu forte queda: apenas 81.800 refugiados foram reassentados, uma redução de mais de 50% em relação ao ano anterior. Com a diminuição das cotas, vias

complementares, como educação, trabalho e patrocínio comunitário, tornaram-se ainda mais importantes[1].

O relatório também aborda as parcerias e iniciativas estratégicas, em linha com uma busca pelo compartilhamento de responsabilidades estabelecido no Pacto Global sobre Refugiados. Com o apoio do ACNUR, diversos países avançaram na formulação e implementação de leis e políticas para reforçar a inclusão de refugiados e seu acesso a direitos, sendo que, em 2025, 88 dos 110 países que reportaram informações indicaram que mais de 75% dos refugiados em seus territórios podiam circular livremente pelo país. O ACNUR chama atenção para os avanços no que diz respeito à inclusão de refugiados nos sistemas nacionais de saúde, tendo contribuído para que 12 países migrassem de serviços paralelos para pessoas deslocadas a programas governamentais integrados.

Quanto às parcerias com atores do desenvolvimento e instituições financeiras, foram registrados números alarmantes: a assistência oficial para desenvolvimento caiu em 23,1% e é projetada uma queda adicional de 5,8% em 2026. No entanto, parcerias com o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento e o Banco Islâmico de Desenvolvimento foram fundamentais para mobilizar financiamento e para coletar dados socioeconômicos que apoiam a promoção da autossuficiência. Alguns estados, como Alemanha, Países Baixos e Japão, fortaleceram programas de inclusão educacional, produtiva e de serviços essenciais.

No que diz respeito à coordenação interagencial, o ACNUR contribuiu para as proposições da Iniciativa UN80 e do Humanitarian Reset, além de trabalhar com proximidade com a UNICEF e o PNUD. O ACNUR repassou cerca de US$877 milhões para 1220 parceiros em 109 operações, entre os quais 87% são atores locais da sociedade civil organizada que receberam 60% do financiamento de parcerias. O Fundo de Inovação Liderado por Refugiados, iniciativa que busca financiar organizações lideradas por pessoas com experiência de deslocamento forçado, garantiu o acesso de 216 organizações a US$1,8 milhões. Já o setor privado foi um doador expressivo que assegurou 19% das contribuições voluntárias do Alto-Comissariado, tornando-se a principal fonte de recursos não vinculados e viabilizando parcerias de longo prazo em setores essenciais.

O Relatório traz ainda algumas considerações sobre a prestação de contas (accountability) e processos de supervisão. O ACNUR tem trabalhado para aprimorar a vigilância contra fraudes e riscos de integridade em meio a situações de conflito, deslocamentos em nível recorde e recursos limitados. Para lidar com esse cenário, o ACNUR realizou avaliações de risco de fraude e lançou um Plano de Ação de Integridade focado nas condutas éticas, na proteção contra retaliações e na liderança. O Escritório da Inspetora-Geral da organização lançou um painel com dados internos sobre condutas impróprias e, com o auxílio de ferramentas de inteligência artificial na triagem de queixas, foram registradas 161 denúncias de exploração e abuso sexual entre julho de 2025 e junho de 2026, representando uma queda de quase 25% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Já o Escritório de Ética revisou a Instrução Administrativa sobre a Proteção Contra Retaliações e continuou apoiando a atuação de facilitadores capacitados para a promoção de condutas éticas, além de ter lançado um sistema interno de declarações financeiras. Por fim, o escritório do Ombudsman do ACNUR registrou um aumento de 70% na procura por resolução de conflitos e 75% em mediações, dados obtidos a partir de um relatório especial sobre os

impactos gerados pela redução de funcionários, situação que também gerou cerca de 280 pedidos de avaliação administrativa e 60 processos trabalhistas.

Por fim, dedica-se às contribuições financeiras, com questões relevantes sobre a situação atual de subfinanciamento da organização e possíveis impactos futuros sobre as operações. Em 2025, o orçamento final havia sido fixado em US$10,6 bilhões, mas apenas US$3,9 bilhões foram disponibilizados e as despesas somaram-se US$3,8 bilhões, este último representando uma queda de 22% em relação a 2024. O déficit financeiro do ACNUR vem se agravando a cada ano, chegando a 64% em 2025 e afetando diretamente serviços essenciais providos pela agência. Outro dado relevante é uma mudança significativa no perfil dos doadores: os 10 maiores doadores governamentais passaram a representar apenas 60% do montante (em relação a 73% em 2024), enquanto as doações do setor privado atingiram recordes. Por fim, as verbas com destinação restrita ou condicionada passaram a representar 44% do financiamento (24% em 2024), o que reduz a flexibilidade operacional, em especial diante das cada vez mais frequentes emergências.

Referência

UNITED NATIONS. **Report of the United Nations High Commissioner for Refugees: annual report pursuant to General Assembly Resolution 428 (V).** New York: United Nations, 2026. (Official Records of the General Assembly, 81st Session, Supplement No. 12, A/81/12).